

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: 14

Data: 24/11/80 Pg.: _____

Ministro reitera veto à viagem do cacique Juruna

BRASILIA (O GLOBO) — O ministro do Interior, Mário Andreazza, reiterou ontem que não será autorizada a ida do cacique xavante Mário Juruna à Holanda, para participar, como jurado, das sessões do 4.º Tribunal Bertrand Russel, que examinará o problema do etnocídio e genocídio dos povos das Américas.

Em Curitiba, Juruna anunciou que vai procurar o presidente João Figueiredo para conseguir licença para a viagem: "A Funai acha que eu não represento nada, mas, na verdade, eles é que não têm condições de representar os índios. A Funai não respeita as lideranças indígenas e quer me derrubar, impedindo-me de viajar, como se eu fosse funcionário deles".

NÃO RECONHECE

O ministro Mário Andreazza, ao explicar a razão da veto à viagem de Juruna, disse que "o Governo brasileiro não reconhece nem a existência nem a competência daquele tribunal para o julgamento de sua política indigenista".

Com base nessa argumentação, o ministro insistiu em que não há razão para o envio de um representante, já que o tribunal não é reconhecido pelo Brasil: "E o cacique Juruna, como um tutelado, não poderia mesmo ser esse representante", acrescentou.

Andreazza disse desconhecer a concessão de licença para a viagem, que teria sido dada, na última semana, pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga:

— Juruna não irá porque, se nem a Funai nem o Governo brasileiro se farão re-

presentar, não há razão para um tutelado se fazer representar, reafirmou.

Juruna assegurou que irá à Holanda: "Eu vou como brasileiro, para contar a situação miserável em que vive hoje os índios no País".

Para ele, a negativa da Funai em conceder licença à sua viagem é a própria condenação do órgão: "A Funai está sujando seu nome".

Juruna informou que voltará a Brasília, quinta-feira próxima, para tentar uma audiência com o coronel Nobre da Veiga, que se recusou a recebê-lo na semana passada. Caso haja nova recusa, ele disse que procurará então o ministro Mário Andreazza e, depois, o presidente Figueiredo.

O cacique xavante considerou a gestão Nobre da Veiga "a pior administração que a Funai já teve, pois ele não entende nada de índio". Juruna criticou o excesso de funcionários lotados na sede do órgão, em Brasília — cerca de 300, segundo sua estimativa — em detrimento de "uma ajuda efetiva às comunidades indígenas".

Em São Paulo a Comissão Pró-Índio encaminhou telegrama ao presidente Nobre da Veiga, lamentando a demora na entrega da documentação necessária para que o cacique Mário Juruna viaje para participar do 4.º Tribunal Bertrand Russel, que analisará a situação das minorias indígenas. A comissão pede que o passaporte seja concedido imediatamente.

A presidenta da Comissão Pró-Índio, antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, disse que, "esse episódio representa um abuso de poder pela Funai que, como sempre, não se coloca como tutora, que deveria ter identidade de interesse com relação a seus tutelados".